



A PERCEPÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA DO IF SERTÃO – PE, CAMPUS PETROLINA: UM OLHAR DOS DISCENTES

Zaidilma dos Santos Santana¹; Marina Nunes de Oliveira²; Ana Paula de Oliveira Aires³; Viviane de Souza⁴(Orientadora)

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Petrolina, e-mail: zaidilmass@gmail.com

(2) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Petrolina, e-mail: marina.mno@hotmail.com

(3) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Petrolina, e-mail: ana_paula_if@hotmail.com

(4) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Petrolina, e-mail: viviane.souza@ifsertao-pe.edu.br

Resumo: Esse estudo objetivou analisar a preparação profissional proporcionada pelo curso de Licenciatura em Física do IF Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE), Campus Petrolina-PE, para a atuação na educação básica na percepção dos acadêmicos. O estudo caracterizou-se pelo enfoque fenomenológico sob a forma de estudo de caso com abordagem qualitativa. O instrumento utilizado para a coleta de informações foi um questionário com perguntas abertas. Participaram do estudo 24 discentes do referido curso. Concluímos que foi possível identificar que a grande maioria dos acadêmicos da Licenciatura em Física do IF Sertão-PE sentem-se ‘preparados’ e/ou ‘parcialmente preparados’ para a atuação como professores Física na escola nos diferentes segmentos da educação básica.

Palavras-chave: Licenciatura em Física, formação de professores, formação inicial, preparação profissional.

INTRODUÇÃO

Nos anos 1980 o Brasil passa pelo processo conhecido como abertura política e os trabalhadores da educação consolidam sua organização (como várias outras categorias profissionais). A categoria dos profissionais da educação se mobiliza contra o pensamento tecnicista implantado com toda força a partir das Leis nº 5540/68 e nº 5692/71. Em meados desta mesma década, os trabalhadores já se organizam a nível nacional para discutirem os rumos da educação no país e fazem propostas ao Congresso Nacional para a nova Constituição (1988) e para a formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que vem a ser promulgada somente em 1996 – Lei nº 9394/96.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

No final da década de 1990, o Ministério da Educação emite Decreto que dispõe sobre a formação de professores em nível superior para atuar na educação básica. Segundo Valle (2000), o final do ano de 1999 será lembrado por muitas décadas por todos os que discutem e acompanham as formulações dos Cursos de formação de professores. No dia 6 de dezembro desse ano, o Decreto nº 3.276, assinado pelo Presidente da República, determinava como deveria ser realizada a formação em nível superior dos professores da educação básica no Brasil.

Em maio de 2000 o MEC apresenta a primeira versão das Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em nível superior. As diretrizes gerais do documento deixam bem claro o propósito do governo em limitar a formação de professores ao “desenvolvimento de competências que abranjam todas as dimensões da atuação profissional do professor” (MEC, 2000).

A formação profissional de professores não se restringe ao aspecto específico da sua formação, ela propõe uma visão política que considera a escola, o profissional da educação, o aluno e todo processo que envolve a educação escolar num contexto maior que é a sociedade onde todos estão inseridos. Formar docentes é uma tarefa complexa que requer uma formação sólida para que o professor consiga definir o que ensinar, porque ensinar, para que ensinar e como ensinar. Nesta perspectiva a formação de professores é constituída pela formação inicial e pela formação contínua.

Em 18 de fevereiro do ano de 2002 o CNE aprovou as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena” (CNE, MEC, fevereiro/2002). O documento, em seu artigo primeiro, diz que as diretrizes se constituem de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular dos estabelecimentos de ensino para toda educação básica. São três os princípios norteadores do preparo dos professores para o exercício profissional. O primeiro deles diz que a competência é a concepção nuclear na orientação do curso. E todas as competências descritas no documento de 2000 são confirmadas neste novo documento.

No dia seguinte, 19 de fevereiro, o CNE aprova a Resolução nº 02, que define a carga horária dos cursos de licenciatura de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior: em seu artigo primeiro, estabelece um mínimo de 2800 h (duas mil e oitocentas horas) de curso sendo 400 h (quatrocentas horas) de prática ao longo do curso, 400 h (quatrocentas horas) de estágio curricular supervisionado a partir da segunda metade do curso, 1800 h (mil e oitocentas horas) de aulas de conteúdos curriculares acadêmico-científico-culturais, e 200 h (duzentas horas) para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.



A necessidade de profissionais da educação a cada dia aumenta e as escolas em todo país apresentam deficiência real no número de professores, mas a “premência não pode permanecer como o principal definidor de leis e políticas de formação para o magistério” (Weber, 2000). É necessária a garantia da qualidade na sua formação tanto a inicial quanto a continuada. Essa garantia tem que ser de fato e de direito. No momento, não temos nem uma nem a outra.

Os princípios que envolvem a compreensão dos educadores de que a forma de organização da escola e da formação do educador deve ser vinculada às grandes questões sociais e ao movimento dos trabalhadores em geral, parte da visão de que a educação é uma parte da questão mais ampla das condições econômicas, políticas e sociais “de uma sociedade marcada pelas relações capitalistas de produção e, portanto, profundamente desigual, excludente injusta, que coloca a maioria da população em uma situação de desemprego, exploração e miséria” (Freitas, 2002).

Particularmente essa investigação preocupa-se com a formação inicial que é a denominação frequentemente atribuída à etapa de preparação voltada ao exercício ou qualificação inicial do professor.

No Brasil, os estudos sobre a formação dos professores se intensificaram na última década, tornando-se público através do embate das propostas vindas do governo e das propostas vindas dos educadores e de suas entidades organizativas como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), o Fórum de Diretores das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), o Fórum Nacional em Defesa da Formação de Professores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), entre outras. Essa luta entre entidades formadas por profissionais da educação e governo é uma luta política e uma luta de ideias. Como diz Freitas (2002), as análises feitas pelos educadores:

[...] vêm no sentido de identificar os (des)caminhos das políticas de formação de professores nos últimos dez anos, buscando nesta história identificarmos elementos de superação das condições atuais em que se encontra a educação e em particular a formação de professores, campo assolado pelas determinações dos organismos internacionais que impõem aos diferentes países seus



fins e objetivos, tornando-os subordinados às orientações políticas neoliberais e mais bem adequados às transformações no campo da reestruturação produtiva em curso. (Freitas, 2002, p. 139).

Nesta perspectiva, é importante considerar que o espaço de aprendizagem docente e em particular a auto percepção do futuro professor do seu processo de aprender a ser professor. Neste direcionamento de ideia, a escuta e a problematização das percepções de futuros professores de Física sobre a profissão docente são fundamentais, pois podem apontar dimensões significativas a serem consideradas em sua formação inicial. Mas, será que isso realmente acontece nos cursos de formação de professores? Torna-se essencial desenvolvermos estudos e/ou pesquisas que venham tratar destas questões; daí voltarmos o nosso interesse investigativo para tais práticas pedagógicas e, especificamente, à formação inicial de professores de Física, com o intuito de estudar os discentes do curso de licenciatura em Física. A Física foi introduzida como disciplina do currículo escolar brasileiro em 1837, com a fundação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Por mais de 160 anos, o ensino desta ciência tem guardado mais ou menos as mesmas características. (Menezes e Vaz, 2001).

Na década de 1990, com a adoção das políticas já descritas na seção anterior, e com a edição dos documentos legais que reafirmam tal política (LDBEN, Decretos, Resoluções, PCNs, etc.), a discussão da formação dos professores de Física (como os demais), fica a reboque da discussão do que deve ser discutido ou “ensinado” no ensino médio.

No caso da formação de professores de Física, os desafios têm suas especificidades. De um lado, as instituições formadoras buscando atrair candidatos para esta subárea das ciências exatas, a fim de dar conta da crescente demanda de professores de Física capaz de suprir as redes de ensino. Do outro, as dificuldades encontradas pelos próprios alunos para o prosseguimento e conclusão do curso. Procuramos aqui tecer um olhar sobre esses desafios, sob a ótica da legislação específica para a formação de professores de Física e de alguns trabalhos que fazem referência a essa problemática, sem a pretensão de esgotar o assunto e nem de aprofundar a discussão em suas várias vertentes.

O parecer 1.304 do CNE/CES assim define:



O físico, seja qual for sua área de atuação, deve ser um profissional que, apoiado em conhecimentos sólidos e atualizados em Física, deve ser capaz de abordar e tratar problemas novos e tradicionais e deve estar sempre preocupado em buscar novas formas do saber e do fazer científico ou tecnológico. Em todas as suas atividades a atitude de investigação deve estar sempre presente, embora associada a diferentes formas e objetivos de trabalho (BRASIL/MEC, 2001).

Diante desse cenário, voltamos nossos olhares para um curso de Licenciatura em específico, a saber: o do IF SERTÃO-PE, Campus Petrolina, que visa formar profissionais para atuar na educação básica no sentido de desenvolver ações teórico-práticas, em que os conhecimentos e saberes acadêmicos contribuam na formação do ser humano em sua totalidade. Além de possibilitar uma formação político social, dentro de uma abordagem histórico-crítica, comprometida com a educação emancipatória, propiciando uma formação técnico-profissional e o aperfeiçoamento de habilidades, capacidades e competências necessárias ao exercício profissional/docente. O profissional egresso desse curso estará habilitado para atuar na educação básica (instituições públicas e privadas de ensino fundamental e médio); portanto, a partir dessas ideias iniciais resultou-se a seguinte questão problemática norteadora desse estudo: Qual é a avaliação/percepção dos discentes sobre a preparação profissional proporcionada pelo curso de Licenciatura em Física do IF SERTÃO- PE, campus Petrolina, para a atuação na educação básica?

Dessa maneira, esse estudo teve como objetivo geral analisar a percepção dos discentes acerca da preparação profissional proporcionada pelo curso de Licenciatura em Física para a atuação na educação básica. Para alcançar o objetivo geral elaboramos os seguintes objetivos específicos: Analisar os motivos da escolha do curso na percepção dos discentes de licenciatura em Física; analisar os saberes necessários à profissão na percepção de acadêmicos ingressantes de um curso de licenciatura em Física; analisar a certeza ou não do querer ser professor na percepção dos discentes.

Justificamos a realização do estudo acreditando-se que o mesmo possa servir de embasamento para oferecer subsídios e auxiliar na melhoria da qualidade da formação de professores de Física, bem como possibilitar uma melhoria da qualidade desses profissionais para a atuação docente nas escolas.



METODOLOGIA

Esse trabalho refere-se a um Relato de Experiência sobre a aplicação de um questionário com alunos do curso de Licenciatura em Física do IF Sertão Pernambucano, Campus Petrolina. Foi vivenciada com 24 alunos. Essa experiência relaciona-se à investigação da percepção dos envolvidos no curso sobre a preparação profissional, principalmente para atuar no ensino básico.

Algumas das questões que nortearam a pesquisa foram: “Qual ou quais os motivos que te levaram a escolher a Licenciatura em Física? Por que no IF Sertão PE? Quais as expectativas que você tinha? Essas expectativas têm sido atendidas? Pretende exercer a profissão docente? Você tem preocupação com o mercado de trabalho? Justifique a sua resposta. Para você, o curso está atendendo à demanda de profissionais para atuar como professores de física na região do Vale do São Francisco?”.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Através da pesquisa realizada foi possível perceber que a maioria dos respondentes queriam cursar engenharia não demonstrando interesse nas áreas pedagógicas, mesmo cursando uma licenciatura. O que percebemos ser um problema, pois a maioria dos formandos querem fazer mestrado e seguir na área de pesquisa ou dar aula em ensino superior. Assim, o curso não está atendendo a proposta inicial que é formar professores para educação básica.

Tendo em vista que o curso foi formado com uma base do bacharelado e não de licenciatura, muitos alunos acabam entrando no curso para seguir a carreira de pesquisa, pois muitos dos alunos não se interessarem pela área da docência, e os professores em maioria apresentam um discurso de incentivo à carreira de pesquisa.

CONCLUSÕES

Foi possível concluir que, apesar de se tratar de uma licenciatura, não há o devido estímulo à carreira docente. Ressalte-se que ZIMMERMANN e BERTANI (2003) destacam que o êxito na aprendizagem dos alunos é influenciado, principalmente, pelo modo como o professor ministra as



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

aulas e estimula os alunos. Destacamos ainda que, na maioria dos casos, os alunos já entraram no curso pensando em transferência e que, quando se deparam com percalços na instituição (pedagógicos, burocráticos etc.), sentem-se propensos a desistir do curso.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos inicialmente aos alunos do curso de Licenciatura em Física do IF Sertão-PE, que contribuíram na realização desse trabalho, bem como a Direção do IF Sertão-PE, Campus Petrolina, pelo incentivo na apresentação desse trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília: 1996.

BRASIL/MEC. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física.** Parecer nº CNE/CES nº 1304/2001 de 03 de abril de 2001.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. In Políticas para a educação: olhares diversos sobre o período de 1995 a 2002.** Revista Educação e Sociedade, n 80, v. 23. Campinas: CEDES, setembro, 2002.

LDB, **Avaliação do Fórum Nacional em defesa da Escola Pública.** Belo Horizonte: APUBH – Seção Sindical da ANDES. 3. ed., 1995-97.

MEC. **Proposta De Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior.** Maio, 2000. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

MEC/SESu/DIFES. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni 2008 – Relatório de primeiro ano.** Outubro, 2009. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=2069&option=com_docman&task=doc_download>. Acesso em: 14 ago. 2016.

MENEZES, Paulo Henrique Dias e VAZ, Arnaldo de Moura. **Tradição e inovação no ensino de física: a influência da formação e profissionalização docente.** Texto Mimeo, Grupo Inovar – UFMG, 2001.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

VALLE, Bertha de Borja Reis. **Formação de professores no Brasil: perspectivas para os próximos anos.** In: FERREIRA, Rodolfo e SOUZA, Donaldo Bello (orgs.). **Bacharel ou professor? O processo de reestruturação dos cursos de formação de professores.** Rio de Janeiro: Quartet, 2000. (Coleção Educação e sociedade), p. 54-68.

WEBER, Silke. **Como e onde formar professores: espaços em confronto.** Educação e Sociedade, abr 2000, vol 21, no 70, p. 129-155.

ZIMMERMANN, E; BERTANI, J. A. **Um novo olhar sobre os cursos de formação de professores.** Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 43-62, ago. 2003.